

# Recensões bibliográficas

---

ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise, eds. - *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française. Actes de la réunion tenue à Bordeaux les 7 et 8 avril 1995 à l'occasion du trentième anniversaire de la Mission Archéologique Française au Portugal*. Paris: De Boccard, 1997. 298 p., ilust. s/ ISBN.

---

Editado sob orientação de Robert Étienne e Françoise Mayet, o volume traz como subtítulo *Trente années de collaboration archéologique luso-française*, uma vez que reúne as comunicações apresentadas, em Bordéus, a 7 e 8 de Abril de 1995, numa reunião que visava, precisamente, a comemoração da efeméride.

São três os itinerários propostos — sem contarmos com um quarto, o “itinerário sentimental”, sugerido por Bairrão Oleiro, a sublinhar como uma colaboração tão frutuosa deixa também marcas na amizade que se cimenta entre os intervenientes.

O primeiro, um “itinerário urbano”, porque centrado na cidade de Conímbriga, alvo de sistemáticas campanhas de escavações luso-francesas (de 1963 a 1972) e cujos resultados são por de mais conhecidos através da exemplar publicação dos sete volumes das *Fouilles de Conimbriga*.

O segundo itinerário levou a equipa a desvendar um outro mundo complementar, ainda da época romana, o mundo rural. E, nesse mundo, um que se revelava particularmente aliciante: o do mundo rural do Sul de Portugal. Será que ali teriam existido latifúndios na época romana? Só a escavação total de uma *villa* — empreendimento que, por incrível que pareça, ainda não fora tentado em Portugal e, quiçá, no mundo peninsular — será que uma escavação assim poderia trazer alguma luz nesse sentido?

A equipa francesa, adoptando outros elementos portugueses, dirigiu-se depois para um outro itinerário, a que designou de “industrial e marítimo”, pois que visava a exploração de assentamentos romanos sítios nas margens do rio Sado, nas proximidades de Alcácer do Sal (a romana *Salacia*) e de Setúbal — locais, de resto, visitados pela equipa anterior aquando da grande viagem pelo País anterior à escolha de S. Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira) para sítio a escavar no âmbito do segundo itinerário.

E as jornadas de Bordéus, de que o volume se faz eco, não foram propriamente de balanço, que para isso já havia as publicações. Reuniram intervenções complementares.

Assim, no que a Conímbriga diz respeito, Ana Arruda deu conta (p. 13-33) dos resultados das sondagens que, em 1988 e 1989, fizera em redor do *forum* da cidade, à procura dos vestígios pré-romanos, mais propriamente da Idade do Ferro, tendo detectado fundos de cabana, que considerou alheios ao “urbanismo de cariz mediterrânico que se encontra nas regiões mais meridionais” e que logrou datar da segunda metade do I milénio a.C., com apogeu situável nos séculos IV e III a.C.

Virgílio Hipólito Correia, por seu turno — que era, na altura, técnico do sítio arqueológico e que ocupa, desde 1999, o lugar de Director do Museu Monográfico de Conímbriga e, consequentemente, de responsável pelas ruínas — mostrou (p. 35-48) os resultados obtidos nas sondagens feitas numa das portas da cidade, integrada em muralha que datou, com argumentos, do tempo de Augusto; referiu-se, com mais pormenor, aos trabalhos levados a efeito no anfiteatro, que jaz em parte, como é sabido, sob o casario da vizinha Condeixa-a-Velha; e na chamada “Casa dos Repuxos”.

A interpretação das estruturas e a cronologia proposta para o *forum* — ou melhor, para os *fora* de Conímbriga — não obteve consenso por parte de alguns investigadores. Um dos mais críticos foi Anne Roth-Congès, em texto veemente publicado nas MEFRA (99, 1987, 711-751). A intervenção em Bordéus a este propósito (p. 49-68) é também assinada por R. Étienne e Jean-Claude Golvin; coube, no entanto, à Dra. Maria Adília Alarcão (responsável, na altura, pelo sítio) a argumentação com base em fina análise da estratigrafia, contrariando, assim, as pro-

postas de Roth-Congès, considerando-as sem fundamento arqueológico. Manteve-se, pois, a ideia de que o *forum* conimbricense teve duas fases: uma, do tempo de Augusto, ainda que a construção da basílica possa atribuir-se ao reinado de Cláudio (facto curioso, acrescento eu, uma vez que ora se sabe ter sido neste reinado que se desenvolveu primordialmente o *forum* de *Aeminium* – cf. Pedro C. Carvalho, *O Forum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1998); a outra, flávio-trajânica.

O volume-relatório das escavações que, anualmente, se fizeram na *villa* de São Cucufate, durante um mês, desde 1977 a 1983 (a que se seguiram intervenções pontuais, orientadas, por exemplo, por Maria da Conceição Lopes) já teve uma filosofia diferente da que presidiu à elaboração das *Fouilles de Conimbriga*. Enquanto aqui se procurou ser arqueologicamente exaustivo, nos dois volumes intitulados *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris, 1990 (da responsabilidade de Jorge Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet), optou-se por apresentar grandes sínteses e os resultados arqueológicos em quadros sinópticos suficientemente elucidativos, reservando-se para outras publicações parcelares um estudo mais exaustivo dos materiais. Desta sorte, Jeannette Nolen viria a publicar na *Conimbriga* (27, 1988, p. 5-59) os vidros; Salette da Ponte (*Conimbriga* 26, 1987, p. 133-165), os artefactos romanos e pós-romanos.

E, neste caso, F. Mayet associou a si Anne Schmitt para estudar a tipologia e a análise petrográfica do material anfórico (p. 71-109), tendo chegado à conclusão de que terá servido, preferentemente, para transporte de preparados de peixe (uma das ânforas ostentava, inclusive, o grafito *liquamen*).

Outro dos recipientes próprios duma *villa* agrária é o *dolium*. Do seu estudo se encarregou Inês Vaz Pinto (p. 110-156), num texto assaz interessante, na medida em que, para além de problemas de nomenclatura antiga, do comentário sobre os produtos que os Romanos utilizariam para a sua impermeabilização (pez, goma, cera), traçou o panorama do que se exumou durante as escavações, ensaiou uma tipologia (cuja utilidade prática, num caso destes, é, em meu entender, sempre muito discutível), concluindo que, dada a utilização predominante do pez, estaríamos em presença de vasilhame para vinho. Esta verificação viria a encaminhá-la, pois, em direcção a um discurso etno-arqueológico, dado que, no Alentejo actual e mais concretamente na área de Vila de Frades e da Vidigueira, em que se situa a *villa*, ainda hoje o vinho se produz e conserva em grandes talhas. (Permita-se-me um parêntese, porque, na verdade, esse foi um dos aspectos que mais impressionou, desde logo, os membros da equipa: após um dia de trabalho sob a torreira do sol nem sempre resistíamos à tentação de passar pala magnífica adega do “Ti” Carlos, que detinha precisamente essas enormes talhas de vinho...).

Uma das preocupações científicas maiores – como a princípio sublinhei – foi o da (in)existência do latifúndio naquela zona. Daí que, encetando uma pesquisa que a encaminharia depois para a dissertação de doutoramento ora em vias de conclusão, a Dra. Maria da Conceição Lopes tenha apresentado os primeiros resultados da sua investigação acerca da ocupação do solo em torno de São Cucufate e, concomitantemente, em torno da colónia de *Pax Iulia* (p. 157-178), mormente a questão, sempre premente, de saber se a Lusitânia ultrapassava, ou não, o rio *Anas*. E se as figuras 85 e 86 não são passíveis de ter como legenda “le territoire de Beja” (por evidente distracção dos editores), o certo é que a conclusão a que Maria da Conceição Lopes chegou se nos afigura hoje assaz eloquente, no que concerne a uma política determinada de divisão do solo mediante uma rígida e teórica atribuição de lotes a colonos:

“Il nous paraît exclu de généraliser un modèle, quel qu’il soit, à tout cet espace. La structuration du territoire n’aurait pas obéi à un schéma préalablement défini, ou bien ce dernier était suffisamment flexible pour permettre des adaptations locales, ce qui n’impliquait pas nécessairement une diminution de l’autorité de la capitale” (p. 177).

Curiosamente, em recente conferência feita em Coimbra (22-10-1999), Gérard Chouquer (Directeur de Recherches au CNRS), falando de “Nouvelles données sur les arpenteurs romains et les paysages antiques”, chamava precisamente a atenção para o carácter flexível dos cadastros, de acordo com a topografia e as características morfológicas do território.

Quanto ao controverso problema dos limites entre a Lusitânia e a Bética, julgamos também — já que falamos dos trabalhos de Maria da Conceição Lopes — que o livro recentemente publicado por ela e por Pedro C. Carvalho e Sofia M. Gomes, *Arqueologia do Concelho de Serpa* (Serpa: Câmara Municipal, 1998) aduz válidos argumentos para que a área dos actuais concelhos portugueses de Serpa e Moura se deva considerar lusitana.

Entra-se depois no “Itinerário industrial e marítimo” (p. 179-273).

Uma primeira digressão, teórica, sobre uns recipientes nas fontes gregas designados por *taricheai* (p. 181-193), assinada por Patrick Counillon e Robert Étienne, que concluem estarem esses objectos relacionados com as conservas de peixe.

Seguidamente, relata-se (p. 195-208) o que foi a operação de limpeza e levantamento topográfico no notável sítio de Tróia, de há muito conhecido. Essa intervenção deu azo a que se definissem melhor três fases de ocupação, entre meados do século I e meados do século V, o que, segundo os autores (R. Étienne e F. Mayet) “está perfeitamente de acordo com a cronologia das ânforas (Dressel 14 e Almagro 51 c) produzidas na margem oposta do estuário do Sado”. “Trata-se”, concluem, em jeito de máxima, “dum mundo de proprietários privados dominado pelo capitalismo mercantil” (p. 207).

Isabel Pereira, co-autora do III volume das *Fouilles de Conimbriga* dedicado às moedas (único, aliás, galardoado com um prémio internacional) e directora, ao tempo, do Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz, apresentou — pela primeira vez de forma sistemática — os materiais provenientes de Santa Olaia, um notável sítio localizado nas margens do Rio Mondego, em que a presença fenícia está bem evidente, não apenas nas trocas comerciais mas também nas práticas metalúrgicas, em que se verifica “uma mistura de técnicas fenícias com técnicas tradicionais anteriores” (p. 231). Uma comunicação amplamente ilustrada.

A derradeira intervenção (pp. 255-273) pertenceu a F. Mayet e a Carlos Tavares da Silva (o arqueólogo português superiormente indicado para acompanhar os trabalhos da equipa francesa) e teve a colaboração, do ponto de vista da arquitectura, de Yasmine Makaroun. Tema: o estabelecimento fenício de Abul (Alcácer do Sal). Logo no início, duas magníficas fotos, a cores, do sítio e, no final, três outras, também magníficas, com pormenores dos vestígios postos a descoberto. Concluem os autores:

“Temos diante de nós um estabelecimento comercial-tipo cujos paralelos, até ao momento, não se encontram senão no Próximo-Oriente”.

E terminou aqui o relato do encontro comemorativo, onde não houve lugar para discussão das intervenções.

R. Étienne, porém, acrescentou-lhe, *a posteriori*, com pleno desconhecimento dos autores visados, um «postface» (p. 275-277), em que, para além das palavras de circunstância (“quelle joie ... de constater qu’en trente ans son héritage a fructifié”, “bonheur de se retrouver ensemble, félicité de la découverte, joie de la publication”...), aproveita a sua condição de editor para anular o interesse da intervenção de Virgílio H. Correia e contestar inflexivelmente a opinião de Isabel Pereira. Ambos só tiveram conhecimento dessa atitude após a publicação.

Sobre as muralhas de Conimbriga, por exemplo, Étienne afirma peremptoriamente que não podem ser do tempo de Augusto, uma vez que “aucun oppidum ne saurait s’entourer d’une muraille qui marque les limites du territoire urbain et de son autonomie” e, portanto, as muralhas só

podem ser da época flávia, “date de la transformation juridique de la ville et de son remodelage urbanistique”.

Quanto a Santa Olaia, sentencia Étienne, não passa de vulgar “point de rencontre grâce au commerce entre techniques nouvelles et techniques traditionnelles et n’implique nullement la présence de Phéniciens sur le site”. Porque o importante, na verdade, é demonstrar que Abul, “un don du ciel”, “reste bien, sur la façade atlantique du Portugal, le seul ‘emporion’ phénicien”. Muito bem!

Registe-se, de resto, que, nesse posfácio, o Professor Étienne não se refere uma única vez a quem, depois de Bairrão Oleiro, lhe deu a mão, em Conímbriga e em São Cucufate, e que é hoje, professor catedrático de Arqueologia, o decano dos arqueólogos portugueses, o Doutor Jorge de Alarcão – que esteve, aliás, também presente em Bordéus e de quem, na série “Roteiros da Arqueologia Portuguesa” (n.º 5), o Instituto Português do Património Arquitectónico acaba de editar um dos livros mais cientificamente bonitos que algum dia se escreveu em Portugal sobre um sítio arqueológico: *S. Cucufate* (Lisboa, 1998) – a mesma sensação de grande beleza que se tem ao saborear o seu mais recente livro sobre Conímbriga (*Conimbriga – O Chão Escutado*. Funchal/Lisboa: Edicarte, 1999).

Quanto ao trabalho desenvolvido pela Mission Archéologique Française au Portugal, assinala-se que lhe pertence a publicação duma obra de síntese sobre Tróia (*Un grand complexe industriel à Tróia - Portugal*), Paris, 1994, e, mais recentemente, *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*, também publicado em Paris (1996), tendo este último volume recebido uma das mais demolidoras recensões críticas publicadas em Portugal, da autoria do Doutor Carlos Fabião, arqueólogo e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (“Novidades sobre o Sado? Alguns comentários sobre um livro recente”, *Vipasca*. Aljustrel. 6, 1997, p. 159-169), que termina afirmando: “É caso para dizer que o Sado merecia melhor”.

*Itinéraires Lusitaniens* apresenta capa de cores modernas, cartonada. Os textos são todos em língua francesa, mas há, no final de cada, uma síntese em português, que nem sempre foi alvo da revisão desejada: por exemplo, na p. 177, fala-se em autor quando o autor é... uma autora; na p. 231, lê-se “comunicação” em vez de “comunicação”... Muito útil a tábua das figuras e de extrema utilidade também os índices (de fontes, de nomes, geográfico e de assuntos).

Um documento singular para a História do que pode representar uma colaboração internacional no domínio da Arqueologia.

---

MORA, Gloria - *Historias de mármol: la arqueología clásica española en el siglo XVIII*. Madrid: Centro de Estudios Históricos (CSIC)/Ediciones Polifemo, 1998, 164 p. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 18)

---

A obra em apreço baseia-se na tese de Doutoramento da Autora, orientada por Javier Arce, que assina o *Prólogo*.

A historiografia da Arqueologia constitui um campo de investigação recente (em termos gerais, mais recente ainda em âmbito Peninsular), que tem valorizado particularmente o séc. XIX e os estudos pré-históricos – o que se compreende, na medida em que o conceito de Pré-História foi fundamental para o nascimento de uma disciplina que advoga a construção de discursos sobre o passado, baseados preferencialmente em registos materiais; e também porque a Arqueologia, tal como hoje a entendemos, nasce, de facto, no século passado. Há, todavia, mais remotos antecedentes que interessa considerar, ainda que suscitem dificuldades acrescidas, pela complexidade dos temas: os investigadores da história da cultura (entendida em sentido lato) tendem a considerar como uma “curiosidade lateral” as indagações antiquárias da erudição moderna e contemporânea (para além de se interessarem pouco pelas questões concretas, relativas à Antiguidade, que moviam estes autores); os arqueólogos, mais familiarizados com as temáticas específicas, denotam, frequentemente, dificuldade em lidar com as problemáticas e contextos políticos, sociais e culturais, da produção dos eruditos. Assim se desemboca na questão premente de saber quem quer, deve ou pode debruçar-se sobre a problemática das práticas antiquárias: se os arqueólogos se os historiadores da cultura, das diferentes épocas?...

Como se compreenderá, a resposta a esta questão não é simples nem linear. Se entendermos a historiografia da Arqueologia numa perspectiva de *história da ciência*, dir-se-ia que são os arqueólogos os investigadores mais aptos a fazê-lo, na medida em que são os mais seguros conhecedores dos paradigmas, problemáticas, técnicas e fontes da sua disciplina – na mesma óptica em que se dirá que um químico é o investigador mais bem equipado para lidar com a história da Química. Mas, sendo a Arqueologia um domínio peculiar de produção de discursos sobre o passado, encarar a sua história numa perspectiva meramente técnica pode significar um substancial empobrecimento da abordagem, se não mesmo passar ao lado do essencial – sobre este tema há, aliás, interessantíssimos contributos de Lucien Febvre reunidos nos seus *Combats pour l’Histoire* (refiro-me concretamente à secção *Regards chez le voisin ou frères qui s’ignorent*).

Naturalmente, a primeira dificuldade que Gloria Mora enfrentou foi justamente esta, a que se refere com pertinência na “Introdução” da sua obra. Creio que se poderá dizer, neste caso concreto, que o resultado é francamente positivo, já que a sua obra não resvala para campos meramente descritivos ou simplesmente “técnicos”, antes propondo um enquadramento político e cultural mais amplo, que luminosamente (adjectivo adequado para a época tratada pela Autora) esclarece e contextualiza (outro adjectivo adequado, porque de Arqueologia se trata) o âmbito dos interesses e produções das Instituições e autores tratados; tudo isto, sem nunca esquecer, também, os aspectos técnicos, mais estritamente arqueológicos.

Na “Introdução” (p. 13-15), Gloria Mora aborda, como não poderia deixar de ser, o tema da historiografia da Arqueologia, esclarecendo as razões que a levaram à escolha do tema, sublinhando como o século XVIII constitui uma época central para a redescoberta do Mundo Clássico, para lá das anteriores aproximações de Humanistas, no quadro de um novo paradigma científico. Expõe, ainda, os objectivos da obra, suas fontes e principais dificuldades encontradas.

O II Capítulo ocupa-se dos antecedentes, ou seja, da “História e Arqueologia em Espanha, nos séculos XVI e XVII” (p. 17-30). Aqui a Autora explica como a recuperação do conceito clás-

sico da *Hispania* constituiu um elemento fundamental de justificação da coesão nacional espanhola, isto é, um importante instrumento de legitimação do novo poder. Não deixa de matizar devidamente a suposta “redescoberta” da Antiguidade no Renascimento, uma vez que a dita nunca esteve, de facto, ausente, nas preocupações dos eruditos; esclarece como a Contra-Reforma rejeita o Clássico e como a *Ilustração* o recupera, ao mesmo tempo que rejeita os tempos medievais ou o Barroco. Na nota 11 da p. 19 esclarece com magistral pertinência o enquadramento dos conceitos de “nação” e “pátria” destas épocas mais recuadas, tantas vezes ignorados por quem tende a supor que o “nacionalismo” é um conceito meramente contemporâneo. Sublinhando justamente a feição patriótica destas abordagens, registe-se que, nesta mesma época e em contraponto ao discurso Humanista espanhol, se afirma em Portugal a valorização da *Lusitania*, como região singular no contexto da *Hispania*, designadamente com André de Resende (v. Fernandes, 1984, 1996). Assim se pretendeu construir, do lado de cá da fronteira, uma legitimação autonómica, em face do poder espanhol.

Ainda neste II Capítulo, a Autora traça o programa de estudos dos Humanistas: a numismática, a epigrafia e a toponímia como temas por excelência, e o panegírico da terra natal como género literário. Ocupa-se, igualmente, de Annio de Viterbo e da génese da tradição bíblica (*tubaliana*) das origens hispânicas, tema que perdurou atravessando séculos. Regista como as *Ordenações* municipais de Mérida estabeleceram, em 1667, a protecção aos monumentos antigos locais e as respectivas penalizações para os infractores — a Autora volta a este tema no IV Capítulo (p. 105-106). Concluindo, Gloria Mora não deixa de sublinhar como estes discursos históricos assumem um carácter instrumental, na medida em que servem de argumento legitimador dos novos poderes e, também, de justificação de privilégios do presente. É justamente neste quadro de fundamentação histórica, colocada ao serviço de interesses de grupos ou de regiões, que se deverão entender muitas das antiguidades então forjadas.

Os III e IV capítulos, respectivamente, “Os Bourbons e a elaboração de uma história nacional” (p. 31-52) e “A arqueologia da Ilustração” (p. 53-106), constituem o corpo principal da obra. A tese central é a da importante viragem verificada com a subida ao trono da nova dinastia, primeiro, com Felipe V, depois, com Fernando VI e Carlos III, que implica a difusão dos ideais *ilustrados*, onde se incluíam o inventário e estudo das antiguidades, numa perspectiva de História Nacional. A abordagem ao passado fazia-se sob a égide de um novo paradigma científico, de cariz utilitário; e no âmbito de Academias, à maneira francesa, quer de âmbito central, a *Real Academia da História*, de Madrid (fundada em 1735), quer de âmbito provincial, com diversas academias locais; o que supunha uma tutela da primeira sobre as restantes, perfeitamente consentânea com o espírito do Poder. Neste quadro, surgem as “instruções” do Marquês de Ensenada de protecção aos vestígios do passado, entendidos como parte integrante de um património da Nação, pelo qual interessava zelar, em nome do interesse colectivo, ficando incumbida a *Real Academia* do inventário, estudo e protecção. Como bem sublinha a Autora, estas instruções retiraram a sua inspiração da acção da *Academia Real da História Portuguesa*, particularmente do Decreto joanino de 13 de Agosto de 1721 (p. 39). No entanto, embora faça esta referência, não remete para qualquer bibliografia específica, conquanto se possa depreender que recolheu a informação de L. Ferrand de Almeida (1965). Provavelmente, o facto de não ter aprofundado a informação sobre Portugal impediu Gloria Mora de registar a análoga relação entre o *Diccionario Geographico* do Padre Luís Cardoso, outra iniciativa da academia portuguesa, e o projecto espanhol de um *Diccionario geográfico-histórico de Espanha*. Como haverá a oportunidade de comentar, outros aspectos das relações entre *ilustrados* portugueses e espanhóis poderiam ter sido considerados e valorizados, como factor de enriquecimento e de melhor enquadramento das ideias expostas.

Ocupa-se a Autora da política regalista de Fernando VI e de como tal política utilizou a informação histórica como elemento legitimador. Desenvolveram-se, então, importantes *viagens literárias* pelo reino, com o intuito de reunir o *corpus* documental para a História de Espanha. Trata extensamente a *viagem* do Marquês de Valdeflores (uma impressionante digressão de estudo que se estende de 1747 a 1765, por várias regiões, ainda que nem sempre com os apoios devidos), que marca o efectivo nascimento de uma historiografia da nação, com espírito filosófico: entenda-se, a construção de uma identidade nacional, passava necessariamente pela percepção do espaço, pelo inventário das distintas realidades, pela identificação e colecção das mais relevantes fontes. Ocupa-se, também, das *viagens* de Pérez Bayer (sem esquecer as suas digressões portuguesas), J. Ortiz y Sanz e Antonio Ponz.

Na abordagem ao tema do coleccionismo de obras clássicas, aborda a Autora os múltiplos aspectos de que tais práticas se revestem: desde a colecção como símbolo de prestígio e poder, à efectiva identificação estética e filosófica com os ideais antigos. Não deixa de sublinhar, porém, que o efectivo controle régio das acções de recolha, entenda-se, das escavações em sítios e monumentos, visando recuperar peças, inibiram o crescimento das colecções privadas ou mesmo o surgimento de um mercado de arte, à maneira italiana.

No início do IV Capítulo, a Autora traça um bom panorama da renovação historiográfica do séc. XVIII, marcada pela afirmação das abordagens críticas, com múltiplos propósitos. Não deixa de sublinhar, contudo, que o programa de actuação dos *ilustrados* espanhóis não se afastou substancialmente, na prática, das linhas gerais já esboçadas nos séculos precedentes: as colecções de moedas, a recolha e leitura de epígrafes e os estudos toponímicos continuaram a dominar as atenções. As intervenções no terreno (escavações) continuaram a constituir a excepção. O que de uma forma mais marcada traça a diferença é justamente a intervenção da Academia bourbónica. A ideologia imperial da dinastia reinante constitui igualmente uma boa pista para entender a atenção concedida ao mundo clássico, à sua iconografia e arte, recuperados ao serviço da construção da imagem dos monarcas. Traça uma perspectiva panorâmica sobre os estudos epigráficos, numismáticos, e toponímicos e estudo de ruínas e escavações realizadas ao longo do século XVIII em Espanha, acrescentando sempre pertinentes anotações sobre as realidades mencionadas, que ultrapassam o âmbito cronológico tratado, elucidando o leitor sobre o posterior desenvolvimento do estudo de sítios e monumentos.

No domínio dos estudos numismáticos, a Autora assinala o crescente interesse pela numismática hispânica, como factor de estudo da geografia antiga, mas também das línguas peninsulares pré-latinas. Neste domínio, Gloria Mora regista a importância crescente concedida ao ensino das línguas (não só clássicas, mas também orientais), no quadro das reformas do ensino ocorridas em Espanha. Neste particular, não deixa de sublinhar a notória influência da obra de Luís Verney, cujo *Verdadeiro método de estudar* foi traduzido em Espanha em 1760 (p. 79) — isto é, catorze anos depois da edição portuguesa. Mas, se a influência do *Barbadiño* é explicitamente reconhecida, já Fr. Manuel do Cenáculo Villas-Boas, figura cimeira da *ilustração* portuguesa, é mencionado na presente obra somente em breve passagem e por ser um dos portugueses que Pérez Bayer contactou (p. 46), o que constitui provavelmente a mais importante lacuna na obra de Gloria Mora. De facto, o franciscano português constitui uma figura central, não só da *ilustração* portuguesa, mas da peninsular, o que justificaria uma outra atenção. Manteve contactos estreitos e regular correspondência com muitos eruditos espanhóis; está profundamente envolvido na reforma da Universidade de Coimbra, de certo modo primeiramente ensaiada na reforma dos estudos da Ordem Terceira de S. Francisco; autor ou colaborador do célebre *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra*.. de 1771, peça fundamental do combate à Companhia



de Jesus, de grande impacte também em Espanha; e promotor de uma importantíssima escola de línguas orientais, no Convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa, frequentada por eruditos espanhóis. Este relacionamento culminou no próprio ingresso de Manuel do Cenáculo Villas-Boas na *Real Academia de la Historia* (Madrid), em 1796, como académico honorário, aparentemente por deferência — como tem sido sublinhado, tratar-se-ia do único dos quatro académicos portugueses que o terá sido por mérito absoluto (Piwnik, 1977, 1982, 1984, 1987). Esta lacuna deve-se, parece-me, à escassa consideração que foi dada à obra de Marie-Helène Piwnik, a grande estudiosa dos intercâmbios culturais luso-espanhóis na época da *ilustração*, onde até poderia encontrar bastos motivos de interesse, como, por exemplo, outros relatos de viagens literárias a Portugal realizadas por eclesiásticos espanhóis (Piwnik, 1978-1979). O único trabalho citado da Autora francesa é o estudo sobre as duas viagens de Pérez Bayer a Portugal.

Ainda no corpo central da obra (IV Capítulo) e embora se trate de uma questão claramente menor, não creio que se possa afirmar que o estudo do Padre Martín Sarmiento sobre a via de Braga a Astorga constitua o “(...) primer estudio de la rede viaria romana de España (...)” (p. 86). Desde o terceiro livro do *De antiquitatibus Lusitaniae* de André de Resende (*De viis militaribus*, fl. 146-169), publicado postumamente em 1593 (v. Fernandes, 1996), ou das referências igualmente quinhentistas de Fr. Bernardo de Brito, que as vias conheceram a atenção dos Humanistas. Mais próximo ainda, haveria a registar o manuscrito do Padre José de Matos Ferreira, de 1728, apresentado à *Academia Real da História Portuguesa*, justamente sobre a via Braga-Astorga. Este manuscrito foi usado por D. Jerónimo Contador de Argote nas suas *Memórias* sobre o Arcebispado de Braga que, por sua vez, constituíram fonte do Padre Sarmiento. Mas é natural encontrar numa obra com erudição desta envergadura pequenos lapsos deste teor, facto que será manifestamente injusto sublinhar.

Como não poderia deixar de ser, o V Capítulo aborda a fundamental temática da “Arqueologia espanhola em Itália” (p. 107-119) onde se ocupa da acção de Carlos III na área napolitana, quando reinava sobre as *Duas Sicílias*. O tratamento que dá ao processo das escavações de Herculano, Pompeia, Stabias e Paestum é particularmente rico e inovador. Sublinha Gloria Mora como é espantoso verificar o estímulo a estes grandes investimentos na arqueologia itálica, sem que nada de similar se realize em Espanha, quando aqui se instalou para reinar. Frisa também como o conhecido impacte que as descobertas italianas produziram na Europa se reflectiu pouco na própria Espanha, onde dificilmente se vislumbram ecos das importantes descobertas. Inclusive, todo o debate em torno do estilo dórico do templo de Paestum e suas repercussões no surgimento de um “*Greek revival*”, na arquitectura neo-clássica europeia e norte-americana, também se não verificou aqui. Os modos de difusão das publicações realizadas poderão contribuir para explicar o seu fraco impacte; mas, de facto, não explicam cabalmente toda esta indiferença. A arqueologia espanhola em Itália surge, assim, como uma realidade exterior, quase um “corpo estranho”, à tradição antiquária espanhola. Sendo frequente em estudos deste teor alguma tentação “chauvinista”, não deixa de ser notável a objectividade crítica de Gloria Mora relativamente às glórias itálicas da arqueologia *ilustrada* espanhola.

No capítulo de “Conclusão”, esboça-se a tese central deste livro: o nacionalismo espanhol (nas suas múltiplas vertentes, regalista e regionalista e onde não faltam também as reivindicações eclesiásticas) pesou muito mais no desenvolvimento dos estudos das antiguidades, do que uma qualquer atracção estética pelos objectos do mundo Clássico; e as Academias, enquanto emanação do Poder Régio, constituíram os agentes privilegiados destas construções do passado, devidamente instrumentalizado. O discurso sobre a Antiguidade é, pois, essencialmente um discurso de legitimação de interesses presentes. Contextualiza devidamente a acção de Carlos III

como rei *ilustrado*, mecenas das Artes (apetece dizer: desmonta a imagem feita), confinando-a à sua dimensão propagandística, inclusivamente, com expressão iconográfica: o Rei-arqueólogo. Volta a sublinhar o facto dos antiquários espanhóis da *ilustração* terem sido mais continuadores de tradições anteriores, do que propriamente inovadores.

Uma extensa bibliografia, dividida em *Fontes e Estudos* e úteis *Índices* completam a obra. A documentação iconográfica utilizada, belíssima, oportuna e de extremo bom gosto, nem sempre foi reproduzida nas melhores condições, designadamente, as Figs. das p. 52, 85 e 97. Acrescentar que o texto apresenta uma prosa límpida, clara e de muito agradável leitura não constitui assunto de somenos importância, nos tempos que correm.

O livro de Gloria Mora constitui um marco na historiografia da Arqueologia peninsular. Reveste-se do maior interesse para arqueólogos e classicistas, mas também para a história da *Ilustração* hispânica ou para a história da cultura, em geral. Pode dizer-se, define um padrão de abordagem, a seguir neste tipo de estudos. Foi realizado um notável trabalho de recolha e tratamento de informação que abre inúmeras pistas a estudos mais específicos, pistas essas que a própria Autora vem desenvolvendo em diversos trabalhos menores (em extensão, que não em relevância, sublinhe-se).

Carlos Fabião

---

#### BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, L. F. (1965) - Alguns documentos para a história da Arqueologia em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. 4, p. 103-108.
- ALMEIDA, L. F. (1972) - *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*. Lisboa: na Regia Officina Typografica. Edição *fac-similada*. Coimbra: Universidade (II Centenário da Reforma Pombalina).
- FEBVRE, L. (1996) - *Olhares sobre a História*. Lisboa: Asa (tradução portuguesa do Capítulo *Regards chez le voisin ou frères qui s'ignorent*, de *Combats pour l'Histoire*, publicada em volume autónomo).
- FERNANDES, R. M. R. (1984) - Méthodologie et histoire dans "De antiquitatibus Lusitaniae" de André de Resende. In: *L'Humanisme portugais et l'Europe*. Paris: FCG-CCP, p. 487-505.
- FERNANDES, R. M. R., ed. (1996) - *As Antiguidades da Lusitânia de André de Resende*. Lisboa: FCG.
- PIWNIK, M.-H. (1977) - Un épisode des relations intellectuelles entre l'Espagne et le Portugal au XVIIIe siècle: la correspondance adressée par les frères Mohedanos, provinciaux du Tiers-Ordre régulier de Saint-François en Andalousie, à Manuel do Cenáculo, évêque de Beja. Essai d'une chronologie, principaux aspects. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. 11, p. 213-254.
- PIWNIK, M.-H. (1978-1979) - Voyage au Portugal de quatre religieux espagnols du Tiers-Ordre de la Pénitence (1773). *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*. Nouvelle série. Paris. 39-40, p. 25-84.
- PIWNIK, M.-H. (1982) - Les membres portugais de la royale Académie d'Histoire de Madrid au siècle des Lumières. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. 17 (= *Homenagem a Léon Bourdon*), p. 115-157.
- PIWNIK, M.-H. (1984) - La correspondance Mayáns-Cenáculo. Principaux aspects. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. 20, p. 233-311.
- PIWNIK, M.-H. (1987) - *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: FCG-CCP.
- SILVA, D., ed. (1982) - *Thesouro de Braga descuberto no campo do Gerez, manuscrito do Padre José de Matos Ferreira de 1728*. Braga: Câmara Municipal de Terras do Bouro.